



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO OGE/LAI nº 361/2021

**Número de referência:** PROTOCOLO SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Solicitação de informações sobre quais os benefícios fiscais no Estado de São Paulo, relacionado ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, a empresa Confab Industrial S.A. (CNPJ/ME nº 60.882.628/0001-90) detém atualmente, bem como os que se encontram extintos. Supressão de instância. Envio extemporâneo. Adequado atendimento da demanda. Provimento negado.

**DECISÃO OGE/LAI nº 361/2021**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento, conforme consta do protocolo SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre quais os benefícios fiscais no Estado de São Paulo, relacionado ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, a empresa Confab Industrial S.A. (CNPJ/ME nº 60.882.628/0001-90) detém atualmente, bem como os que se encontram extintos.
2. Em resposta, a Pasta, com base na manifestação fundamentada da Unidade competente daquela Pasta, informou que a informação pretendia se reveste de sigilo fiscal, em conformidade com o disposto no artigo 198 do Código Tributário Nacional. A ausência de resposta recursal motivou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto estadual nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância, a Pasta reiterou a alegação de sigilo legal. Cientificado, o requerente insistiu no recurso com as solicitações iniciais.
4. Em análise do caso concreto, verifica-se que o ente atendeu adequadamente a demanda, justificando a negativa de acesso à informação, em conformidade com o disposto no art. 25 da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).
5. Considerando que o órgão indicou as razões para a negativa do acesso pretendido, com base em norma legal, em consonância com o disposto no artigo 25 da referida Lei federal nº 12.527/2011, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado



maio de 2012.

6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 03 de setembro de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Ouvidor Geral do Estado  
Ouvidoria Geral do Estado